

GESTÃO E PLANEJAMENTO MUSEOLÓGICO: a documentação do acervo do Museu do Trem do Piauí, em Parnaíba – PI (2015 – 2017)

Áurea da Paz Pinheiro
Antonio Liuésjhon dos Santos Melo
Gabriela Freitas de Paiva

RESUMO: O Museu do Trem do Piauí foi criado para preservar a memória do período de desenvolvimento da ferrovia no estado do Piauí, região Nordeste do Brasil, sendo considerado patrimônio histórico através de tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no ano de 2008. Localizado na Praça da Estação do município de Parnaíba, ao norte do Piauí, o equipamento cultural foi instalado e inaugurado em 15 de agosto de 2002, tendo um complexo que inicia no pátio de manobra, onde se encontra a Locomotiva 29, e se estende até o prédio onde funcionava a estação de passageiros da Estrada de Ferro Central do Piauí em Parnaíba. No ano de 2015 foi realizado um diagnóstico museológico na instituição, verificando-se, com determinado trabalho, que o referido museu não possuía uma série de requisitos para ser efetivamente considerado e cadastrado como museu no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM); tais condições estavam relacionadas ao momento de sua criação e implantação, bem como ao seu funcionamento cotidiano, inviabilizando a gestão e o planejamento da entidade. Constatou-se ainda, nessa pesquisa, que o Museu do Trem do Piauí não era dotado de uma relação documental do quantitativo de peças que compunham seu acervo, o que assentava em risco a existência de todo o seu acervo, e, portanto, do próprio museu. Diante de notórias fragilidades, é que foi realizado um trabalho minucioso, com pesquisa de campo, coleta e análise de dados, e pesquisas bibliográficas e documentais, possuindo fundamentação teórica em alguns dos principais autores nos campos da documentação, gestão e planejamento museológico; de onde promanou a dissertação de aluno da primeira turma do Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que tinha como objetivo dar origem a um inventário do acervo do museu, com a criação de números de tomo e de registro, com a numeração e marcação da mesma nas peças, bem como suas devidas catalogações em fichas individuais, com a criação de um livro de tomo ou de registro para a documentação do inventário do museu. Com a conclusão do trabalho, todos os objetivos foram alcançados e os produtos foram disponibilizados ao Museu do Trem do Piauí, de modo a viabilizar o planejamento e a gestão da informação, possibilitando o aprimoramento das técnicas de conservação de suas peças

Áurea da Paz Pinheiro

aureapazpinheiro@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7575246896002294>

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas-SP. Pós-doutora Ciências da Arte e do Patrimônio pela Universidade de Lisboa, Portugal. Professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI. Professora Colaboradora no Mestrado em Museologia e Doutorado em Belas-Artes na Universidade de Lisboa.

Antonio Liuésjhon dos Santos Melo

liuesjhon@ufpi.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/1622036269826740>

Mestre em Artes, Patrimônio e Museologia pela UFPI. Especialista em elaboração e assessoria em projetos pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina/ FACET-PI. Graduado em Economia pela UFPI.

Gabriela Freitas de Paiva

gabifreitaspaiva@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8368795198484578>

Mestranda em Artes, Patrimônio e Museologia pela UFPI. Especialista em gestão de bibliotecas escolares pela Faculdade Integrada de Brasília – DF. Bibliotecária na empresa Sesc-PI.

Submetido em: 06/12/2018

Publicado em: 01/07/2019

e de seus documentos, para assim, preservar a memória ferroviária contida nesse patrimônio histórico cultural, e contribuindo de sobremaneira para um futuro reconhecimento e registro desta instituição no IBRAM.

PALAVRAS-CHAVE: Documentação museológica. Gestão museológica. Museu do Trem do Piauí. Planejamento museológico.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Parnaíba é um município litorâneo, localizado ao norte do Estado do Piauí, na região Nordeste do Brasil. Possui uma área territorial de 435,571 km², e uma população total de 145.705 habitantes, sendo 69.727 homens e 75.978 mulheres, e que desses, 110.333 são alfabetizados (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

A cidade abriga diversos atrativos naturais, com destaques para o Delta do Rio Parnaíba, considerado um santuário ecológico, por abrigar um ecossistema formado por dunas, mangues e rios; e para a praia da Pedra do Sal. Os aspectos culturais também atraem o interesse dos turistas, a exemplo a gastronomia à base de frutos do mar, peixes, e doces caseiros; o folclore marcante da marujada, as danças populares como (Quadrilhas e Bumba-meu-boi); o artesanato de fibras, madeira e cerâmica, ou mesmo as expressões plásticas dos artistas locais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

Conforme Cerqueira (2015), a construção da Estrada de Ferro Central do Piauí – EFCP seu deu em três etapas. Sendo que a primeira teve início em 1916, com o primeiro trecho ligando Parnaíba à cidade de Piracuruca em 1923. A segunda etapa de construção se deu na década de 1930, quando os trilhos chegaram a Piripiri, sendo inaugurado o trecho ferroviário em fevereiro de 1937. A terceira e última etapa concluída na década de 1960 quando os trilhos alcançaram a capital Teresina. No ano de 1974 o trem paralisou definitivamente suas atividades no trecho Parnaíba - Luís Correia, somente operando por alguns anos na linha de Parnaíba a Teresina, vindo a ser desativada também em fins da década de 1970.

De acordo com dados da Superintendência Municipal de Cultura do município de Parnaíba – PI (2015), o Museu do Trem do Piauí foi criado para preservar a memória do período de desenvolvimento da ferrovia no estado e é considerado patrimônio histórico através de tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2008. Localizado na Praça da Estação, o equipamento cultural foi criado em 15 de agosto de 2002, tendo um complexo que inicia no pátio de manobra, onde se encontra

a Locomotiva 29, até o prédio onde funcionava a estação de passageiros da Estrada de Ferro Central do Piauí em Parnaíba. A locomotiva de prefixo 29, fabricada nos Estados Unidos, em 1920, foi incluída no Inventário das Locomotivas a Vapor do Brasil, sendo, portanto, a única do Piauí a fazer parte da Memória Ferroviária Nacional.

1.1 CONTEXTO

Em 14 de janeiro de 2009, o presidente da República Federativa do Brasil decretou e sancionou a lei nº 11.904, que instituiu o Estatuto de Museus. E de acordo com este, consideram-se museus as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (ESTATUTO DE MUSEUS, 2009).

Também em janeiro de 2009, só que pela lei nº 11906, foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro na Capital Federal, podendo estabelecer escritórios ou dependências em outras unidades da Federação (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2016).

O INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (2016) recomenda, para a criação de museus:

- 1 - Elaboração de um projeto para a criação do museu;
- 2 - Estabelecimento da pessoa jurídica da instituição, regulamentada por diploma legal;
- 3 - Contratação permanente de uma equipe interdisciplinar, composta, inclusive, de profissional museólogo para a realização dos procedimentos técnicos museológicos;
- 4 - Aprovações de um Regimento Interno – documento elaborado para estabelecer as normas de funcionamento do museu, desde a sua finalidade, propósitos, objetivos, política institucional, formas de manutenção, número de setores e/ou departamentos e seus respectivos funcionários, assim como a construção do seu organograma;
- 5 - Elaboração do Plano Museológico, conforme Artigo 46º da Lei 11.904, instrumento básico que definirá a missão, objetivos, públicos e programas (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2016, p. 01).

Uma vez que a criação de um museu (ou instituição museológica) gera grandes responsabilidades em relação ao seu planejamento e gestão, faz-se necessário assegurar a sustentabilidade da instituição, além da apropriação dos

conceitos dispostos nas Leis 11.904/09 e 7.287/84, que, respectivamente, institui o Estatuto Brasileiro de Museus e dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2016).

E conforme o Estatuto de Museus (2009), a criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei. Sendo que a criação, a fusão e a extinção de museus deverão ser efetivadas por meio de documento público.

Melo (2017) afirma que, ao observar essas instruções do IBRAM e as disposições legais do Estatuto de Museus, e compará-las com as informações obtidas no diagnóstico museológico realizado no Museu do Trem do Piauí, pode-se constatar que a referida instituição municipal não atende a muitos daqueles critérios, já que a mesma não contou com a elaboração de um projeto para sua criação; nem tem estabelecida sua pessoa jurídica regulamentada por diploma legal; não possui uma equipe interdisciplinar permanente, composta, inclusive, de profissional museólogo; não conta com um Regimento Interno, para estabelecer as normas de funcionamento do museu, desde a sua finalidade, propósitos, objetivos, política institucional, formas de manutenção, número de setores e/ou departamentos e seus respectivos funcionários, assim como a construção do seu organograma; nem tampouco possui um Plano Museológico, e tudo isso dificulta e inviabiliza seu planejamento, sua gestão, bem como sua manutenção e de seu acervo.

1.2 JUSTIFICATIVA

Com um acervo que dispõe de 415 peças, o Museu do Trem do Piauí dispõe de grande potencial para visitas, estudos e pesquisas, com considerável capacidade para difusão de informações museológicas e de fomento à cultura na região. Todavia, acaba por sofrer com a falta de planejamento e de gestão qualificada, o que colabora com o risco de sua extinção.

Essas carências no que diz respeito ao planejamento e à gestão da instituição foram detectadas durante um trabalho de diagnóstico museológico, realizado por alunos da primeira turma do Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI (CÂNDIDO, 2014). A partir desse diagnóstico, após identificar uma série de fraquezas que o museu possuía, enquanto instituição museológica, é que se definiu a necessidade primária da realização de um trabalho de documentação museológica.

Deu-se início, então, a um amplo trabalho de pesquisas de campo, estágio supervisionado, coleta e análise de dados, pesquisa bibliográfica e documental, para se ter como resultado uma dissertação de um dos alunos do Mestrado Profissional em

Artes, Patrimônio e Museologia da UFPI, sob a orientação da professora doutora e coordenadora do programa, Áurea da Paz Pinheiro, e um inventário do acervo do museu, com criação de números de tombo e de registro, com a numeração e marcação da numeração nas peças e suas devidas catalogações em fichas individuais adequadas, com a criação de um livro de tombo ou de registro para o museu, e uma cartilha com orientações para documentação em museus; que foram disponibilizados à instituição, com o intuito de colaborar para a preservação do acervo em estudo, e contribuir de sobremaneira para um futuro aprimoramento da instituição, de seu planejamento e sua gestão, e seu devido reconhecimento e registro no IBRAM (MELO, 2017).

1.3 PROBLEMÁTICA

Visto que o museu carece de uma gestão e planejamento qualificados, pautados em princípios museológicos, de modo que não dispõe de uma série de técnicas museográficas em seu cotidiano, nem tampouco da documentação de seu acervo; surge então, o seguinte questionamento como problema norteador do trabalho que deu origem a este artigo: Quais os procedimentos iniciais devem ser realizados no Museu do Trem do Piauí, para que esta instituição possa obter melhores condições de gestão e planejamento, com vistas à salvaguarda de seu acervo e, com isso, à preservação da memória do período de funcionamento da ferrovia no estado do Piauí?

1.4 OBJETIVO

O objetivo geral do trabalho que deu origem a este artigo foi realizar o pioneiro trabalho de documentação de todos os objetos e coleções que compõem o acervo do Museu do Trem do Piauí, localizado ao Norte do Estado do Piauí, no município de Parnaíba; resultando nos seguintes produtos finais colocados a disposição da instituição em estudo: realização do arrolamento de todas as peças e documentos do museu; criação de números de tombo e de registro, com a devida marcação dessa numeração nas peças e suas respectivas catalogações em fichas individuais adequadas; criação de um livro de tombo/registo para documentar o inventário realizado no museu; e produção de uma cartilha com orientações para documentação em museus, a fim de auxiliar os atuais e futuros gestores da instituição.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: gestão e planejamento museológico

Conforme Cândido (2014), para se gerir um museu não basta se espelhar nos conhecimentos técnicos e científicos do campo da Gestão aplicados aos mais diferentes empreendimentos e organizações. A autora afirma que todos os envolvidos na gestão

de museus deverão confrontar os conhecimentos técnicos e científicos do campo da Gestão com os conhecimentos do campo da Museologia, e assim encontrar caminhos singulares para a condução do processo para as tomadas de decisão. Na perspectiva da autora, em muitos casos, os pequenos museus são os mais frágeis e vulneráveis, visto que não possuem um planejamento claro e de conhecimento de toda a sua equipe; planejamento esse, que seria um importante instrumento para se enfrentar os desafios da sobrevivência da instituição. Ela ainda destaca que os museus fora das capitais e com equipes menores são também aqueles que se sentem afastados das produções teórico-metodológicas da Museologia, não estando aptos a elaborarem documentos importantes, como seus próprios diagnósticos e Planos Museológicos.

Mason (2004) coloca que o planejamento museológico deve ser realizado com a elaboração de um Plano de Desenvolvimento do museu. E tal plano deve, primeiramente, estabelecer uma visão clara. O autor destaca que este processo envolve consulta dentro e fora do museu para se chegar a um acordo entre todas as partes interessadas sobre o futuro do museu. E ainda, que essa parte é de muita importância, porque estabelecer um acordo sobre a visão geral aumenta consideravelmente a chance de se chegar a uma implementação bem sucedida dos objetivos especificados.

Segundo o autor, posteriormente deve-se estabelecer para onde o museu está se dirigindo, uma vez que se tenha chegado a um acordo sobre o direcionamento geral do museu, é importante estabelecer alguns marcos intermediários, ou metas, no decorrer do caminho.

Ainda na visão de Mason (2004), o terceiro passo contido nesse Plano de Desenvolvimento do museu deve mostrar como se chegará lá. Conforme o autor, planejamento não diz respeito apenas à visão geral e aos marcos intermediários, mas também inclui a estratégia, ou como o museu vai atingir suas metas. Ou seja, considerando a alocação e aplicação de recursos. Deste modo, caso não se identifique claramente no plano de desenvolvimento, como o museu vai realizar aquilo que planejou, as chances de se atingir qualquer objetivo são extremamente reduzidas. O autor ainda destaca que nesta etapa também se inclui o gerenciamento de desempenho, algo que ajude a observar como o museu está progredindo no sentido de atingir suas metas. Para o autor, o planejamento é crucial para o bom gerenciamento e a segurança do futuro dos museus. É um processo que pode guiá-los durante tempos difíceis e que tem como resultados melhores serviços e maior eficiência, assim como a produção de um documento bastante útil, o plano de desenvolvimento.

No mesmo viés do planejamento museológico, Cândido (2014)

afirma que as razões para planejar são não apenas relativas a uma maior possibilidade de decisões corretas, mas à obtenção de apoios. Conforme a autora fatores internos e externos aos museus se alteraram nos últimos anos, levando, de forma mais incisiva, a essa necessidade de planejamento. Ela aponta alguns fatores externos: O aumento no número de museus; consequente aumento do acesso, mas também da competição entre museus; o incremento da educação, aumentando a audiência dos museus; as relações cada vez maiores com turismo cultural; E internos: o maior profissionalismo das equipes, trazendo novas ideias e padrões de atuação; o entusiasmo das equipes para melhorar os serviços ao visitante; mais pessoas em cargos de direção, vindas do ramo das corporações, implementando uma gestão de museus nos moldes dos negócios.

No que diz respeito à gestão, a autora supracitada afirma que o desafio começa com a difícil definição de contornos entre o que é ou não um museu, e mais ainda sobre o que é um bom museu, de modo que um ideal de qualidade em museus não é algo que possa ser definido no singular, e é mais factível pensar em metas de qualificação institucional estabelecidas por cada museu para alcançar determinados prazos. Para a autora, é necessária a construção de um diagnóstico museológico que responda ao que a autora chama de "momento oportuno", ou seja, um período que se traduz pela procura de novos modelos que possam atender à crescente necessidade de qualificar e tornar a gestão de museus mais eficiente.

Conforme Cândido (2014), há custos que dificilmente são calculados, mas que deveriam fazer parte dos estudos de viabilidade de um museu ou de sua gestão. Conforme a autora, os dados quantitativos, não são as únicas ou preferenciais balizas para a qualidade dos museus, porém, são imprescindíveis para possibilitar à gestão projetar seus custos. Ainda na perspectiva da autora, o diagnóstico e o planejamento museológicos ganham destaque, principalmente quando inseridos num contexto de aproximação com a produção teórica e metodológica da Museologia, que venha a trazer novos parâmetros de avaliação. Portanto, ela coloca que o diagnóstico e o planejamento são momentos extremamente ricos para a formação e/ou atualização dos profissionais das instituições museais.

O segundo constitui a tomada de decisão com base no que o primeiro identificou como potencialidades e fragilidades do museu em questão; para perceber essas facetas, bem como para fazer as escolhas, é necessário o domínio de um conceito de museu ideal (aonde se quer chegar), bem como de um campo de possibilidades e repertório de soluções baseados em experiências similares ou em metodologias novas, cuja adequação será preliminarmente medida com base no

conhecimento museológico da equipe (CÂNDIDO, 2014, p. 52).

A autora ressalta que o primeiro passo para o planejamento é o diagnóstico museológico, sendo este definido como a distância entre o retrato do momento de um museu e o que dele se deseja. Pode ser definido como um retrato da atual situação, que envolve aspectos internos e externos ao museu.

Uma conclusão que a autora faz sobre tal instrumento é que ele não deve privilegiar a comparação entre um museu e os outros, mas especialmente compará-lo a ele mesmo em diferentes momentos e perceber os avanços, os recuos, os desafios e as potencialidades. Ela ainda coloca que o maior número de pessoas deve estar envolvido em sua elaboração.

De acordo com o Estatuto de Museus (2009), o Plano Museológico deve contemplar os seguintes programas: institucional; de gestão de pessoas; de acervos; de exposições; educativo e cultural; de pesquisa; arquitetônico-urbanístico; de segurança; de financiamento e fomento; de comunicação; e o socioambiental.

Segundo Bittencourt Francisco e Morigi (2013), o Estatuto de Museus apresenta os procedimentos para a organização e gestão dos Museus públicos brasileiros, e ainda detalha as diretrizes e procedimentos para elaboração do Plano Museológico, indicando inclusive, quais programas ele deve conter e está dividido em três partes: 1 - Introdução: Questões da instituição, histórico, regimento interno, metas e missão. 2 - Programas: A que se dispõe a instituição, através de que meios. Gestão, finanças, arquitetura, aquisição, conservação, segurança, pesquisa, educação e cultura. 3 - Projeto de gestão: Como se pretende gerir o patrimônio e o acervo: orçamento e também como fazer para conservar e exhibir.

Bittencourt Francisco e Morigi (2013) colocam que é possível adaptar o planejamento para toda a diversidade, variedade e a ampla tipologia que os Museus e centros culturais possam assumir, na prática. Conforme os autores, as informações sugerem uma reestruturação por meio de um roteiro administrativo para Museus já implantados ou em funcionamento, e também para aqueles em fase de projeto. Os autores ainda destacam que a primeira parte do plano compreende desde a formulação da missão e mandato, bem como a formatação jurídica do Museu, seu estatuto e regimento interno, tipo institucional de governança, código de ética entre outras formalidades; e que tais conteúdos devem estar conectados com a realidade e a prática dos Museus através de um constante exercício de diagnóstico e avaliação. Esta prática possui extrema importância, principalmente em instituições que lidam com Patrimônio Cultural, coleções, documentação,

exposições, pesquisa, aquisições e descarte de acervo, entre outras atividades típicas de Museus.

De acordo com os autores, é por meio da segunda parte do Plano Museológico, dedicado aos programas, que se podem ordenar as atuações em cada âmbito do Museu, incluindo a relação das necessidades para o cumprimento de suas funções que se concretizarão em diferentes projetos. As questões socioambientais e de cidadania também deve compor a pauta social do Museu, sendo incluídas entre um de seus programas; e tais temáticas não podem ser esquecidas quando tratamos de Gestão de Museus, já que essas questões estão na agenda social e necessitam de encaminhamento e debate entre a comunidade universitária e a sociedade.

Ainda de acordo com Bittencourt Francisco e Morigi (2013):

A terceira parte do Plano Museológico é dedicada aos projetos. Esses projetos são derivativos dos programas e se caracterizam por serem documentos executáveis que possibilitam a materialização das especificações técnicas reconhecidas nos diferentes programas. Nos projetos são definidas, descritas e propostas as soluções ajustadas para as necessidades das instituições no cumprimento de suas missões. Assim, conclui-se que os Museus devem considerar a inserção em seu Plano Museológico, desde a missão e objetivos, passando pelos programas e projetos uma especial atenção as questões socioambientais. Desta forma eles se colocam em consonâncias com as demandas dos novos tempos e se mantêm na vanguarda das mudanças sociais (BITTENCOURT FRANCISCO; MORIGI, 2013, p. 13).

A ação transformadora das instituições museais começa com a nova reflexão que eles fazem sobre si mesmos. Desta forma, se constitui um grande desafio introduzir a cultura da avaliação e do planejamento nas instituições afastadas dos grandes centros, bem como nos pequenos museus. Assim se faz fundamental a intervenção de instituições de pesquisa e ensino, como as universidades, nesses pequenos museus, que muitas vezes não possuem recursos humanos nem financeiros para se aproximarem das produções museológicas, de modo que se possa contribuir com diagnósticos e planejamentos dessas instituições, verificando suas fraquezas e suas possibilidades, contribuindo para suas transformações, para suas melhorias como museus (CÂNDIDO, 2014).

Dentro do viés da gestão e do planejamento museológico, destaca-se neste trabalho a documentação museológica, de suma importância para o controle, gerenciamento, conservação e salvaguarda dos acervos e, portanto, fundamental para a manutenção das instituições museológicas.

2.1 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

De acordo com Cândido (2006), um museu é um espaço privilegiado para a produção e reprodução de conhecimento, tendo a cultura material como instrumento de seu trabalho. Assim, ela coloca que é preciso conhecê-lo em seus bastidores, ir além de suas salas de exposições, questionando-o em suas ações diárias, demandando uma postura ética na construção de sua identidade sociocultural.

Segundo a autora, uma premissa básica das instituições museológicas é realizar ações de preservação, investigação e comunicação dos bens culturais. Desta forma, o ato de preservar inclui a coleta, aquisição, o acondicionamento e a conservação desses bens; e a missão de comunicar se realiza por meio das exposições, publicações, projetos educativos e culturais; e o exercício de investigar permeia todas as atividades de um museu, embasando-as cientificamente. Com isso, a autora parte do pressuposto de que objetos e documentos são suportes de informação, e afirma que o grande desafio de um museu é preservar o objeto e a possibilidade de informação que ele contém e que o qualifica como documento.

Nesta perspectiva, Chagas (1996) afirma que a preservação não deve ser entendida como um fim, mas como um meio de se instaurar o processo de comunicação, pois é pela comunicação homem - bem cultural preservado que a condição de documento emerge, e em contrapartida, o processo de investigação aumenta as possibilidades de comunicação do bem cultural e dá sentido à preservação. O autor ressalta ainda que a pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre a documentação, o que envolve a relação homem/documento/espço, a memória, o patrimônio cultural, a preservação e a comunicação.

Cândido (2006) corrobora de tais afirmações e complementa:

O desenvolvimento articulado dessas ações evidencia que os museus são organismos estreitamente ligados à informação. Os objetos museológicos — veículos de informação — têm na conservação e na documentação as bases para a sua transformação em fontes de pesquisa científica e de comunicação, e estas, por sua vez, produzem e disseminam novas informações, cumprindo-se o ciclo museológico (CÂNDIDO, 2006, p. 32).

A autora afirma que a documentação de acervos museológicos é um procedimento essencial dentro de um museu, e que representa o conjunto de informações sobre os objetos por meio da palavra (documentação textual) e da imagem (documentação iconográfica). Trata-se, ao mesmo tempo, de um sistema de recuperação de informações, capaz de transformar acervos em fontes de pesquisa científica e/ou em agentes de transmissão de

conhecimento, exigindo a aplicação de conceitos e técnicas próprias, além de algumas convenções, visando à padronização de conteúdos e linguagens.

Segundo Marín Torres (2002), a documentação, que surgiu em paralelo com as coleções, permite um melhor entendimento das instituições museísticas, servindo como fonte para investigação. Segundo a autora, a consciência da importância da documentação para o patrimônio é antiga, já que nos primeiros templos, nos mosteiros, nas grandes catedrais da Europa, nas coleções reais, eram criados e mantidos registros dos objetos utilizados nos cultos, para a evangelização ou para a promoção social dos seus proprietários.

Conforme Padilha (2014), a documentação museológica pode ser abordada por dois vieses: a documentação do objeto e a documentação das práticas administrativas do museu. Ela coloca que o primeiro trata da compilação dos dados e do tratamento informacional extraídos de cada objeto adquirido pelo museu, enquanto que o segundo considera toda a documentação produzida pela instituição para legitimar suas práticas desenvolvidas. A autora ressalta que tal documentação possui essencialmente o objetivo de organizar e de possibilitar a recuperação da informação contida em seu acervo. Uma vez realizadas essas ações, os objetos e/ou as coleções museológicas se tornam fonte de informação (para curadoria, pesquisa científica, ações culturais e educativas, publicações diversas, entre outras) que poderá produzir novos conhecimentos.

De acordo com Matos (2012), a documentação das coleções é uma tarefa árdua e que consome um vasto leque de recursos (humanos, técnicos e financeiros), sem que se tenha um retorno imediato para o museu. O autor afirma que um trabalho essencial, porém seus resultados só poderão ser avaliados a médio e longo prazo, colocando o museu e seus responsáveis diante de um dilema de gestão: decidir se a documentação deverá ser encarada como um investimento ou se, na verdade, haverá desperdício de recursos.

Nesse viés Yassuda (2009) ressalta que a documentação museológica não tem apenas uma função administrativa dentro do museu, e que ela aproxima o usuário do acervo, com informações sobre a coleção, como um instrumento para a geração de conhecimento, dando oportunidade para a criação de novas informações e, portanto, novos conhecimentos. Segundo a autora, a informação no contexto museológico possui um relevante papel social, tendo em vista que os museus são instituições que possuem responsabilidades sociais, culturais, educacionais e científicas, envolvendo diferentes formas e níveis de representação do conhecimento.

A respeito do processo de documentação do objeto, Padilha (2014) destaca a seleção, a pesquisa, a interpretação, a organização, o armazenamento, a disseminação e a disponibilização da informação. Em relação à documentação das práticas do museu, a autora evidencia as questões administrativas, organizacionais e de gestão do acervo. Nesse viés, ela identifica a necessidade de pesquisa interna para ambas as atividades de registro documental, já que ela contribui para que os profissionais do museu compreendam a variedade de seus objetos, bem como colabora no reconhecimento e controle de seu acervo.

No que se refere às formas de organizar e documentar os objetos museológicos, Padilha (2014) afirma que o passo inicial da documentação em museus deve ser a realização de um inventário das peças, que começará com a contagem e listagem de todas elas, posteriormente a atribuição de números de tomo e de registro, para então se fazer a marcação da numeração nos objetos e/ou documentos. A autora destaca também a necessidade do registro desse inventário em livro de registro ou de tomo, e da criação de fichas (impressas e/ou digitais) de catalogação para cada peça.

No que tange a padronização de documentos de museu, Padilha (2014) destaca o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), como um importante órgão relacionado às questões específicas sobre documentação de museus, que produz diversas publicações. Segundo a autora, o comitê objetiva a reunião de curadores, bibliotecários e especialistas da informação, profissionais preocupados com as questões que envolvem o registro, a documentação, a gestão do acervo e os sistemas de informatização, investigando assuntos relacionados às normas de documentação, à terminologia, entre outros assuntos que envolvem tais áreas.

Certamente haverá diferenças consideráveis na forma de se documentar acervos, conforme a área científica de base de cada museu, se de história, de ciências naturais, de artes, ou outro. Parecendo desejável o desenvolvimento da Documentação Museológica como campo técnico específico, onde o especialista poderá e deverá interagir com o curador científico de cada coleção, isto é, o historiador, o historiador da arte, o biólogo, etc., visando à organização de um sistema de informação que, quando interessa ao pesquisador, não é seu objetivo final; enquanto para o documentalista, é a principal meta e por isso ele desenvolverá conhecimentos especializados em documentação (BARBUY, 2008).

3 METODOLOGIA

Com base metodológica, o tipo de pesquisa utilizado no desenvolvimento desse trabalho foi o bibliográfico, essencial para dar base ao referencial teórico, e que se torna uma "pesquisa desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 1991). E ainda "[...] podemos defini-la como o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto" (LUDWIG, 2009, p. 51).

Em seguida, foi realizada também uma pesquisa de campo, uma investigação minuciosa nos acervos do Museu do Trem do Piauí, que coincidiu com o trabalho prático de realização do inventário das peças, durante a disciplina de estágio, onde se fez um levantamento de todas as peças da instituição, numeração e marcação destas, para posterior elaboração de suas fichas de catalogação individuais.

A coleta de dados foi concretizada mediante a técnica da observação, que, segundo Lakatos e Marconi (2003), é uma técnica de coleta de dados utilizada para se conseguir informações, que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Para registrar as observações, com o objetivo de analisá-las posteriormente, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de informação: bloco de notas ou caderno e canetas para anotações, fichas de registro, câmera fotográfica e computador portátil (*notebook*).

O método utilizado foi o hipotético-dedutivo, que de acordo com Lakatos e Marconi (2003), se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese.

Para efetivação desse trabalho, a abordagem utilizada foi a qualitativa, pois se visou obter informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho, a partir de uma análise reflexiva, mediante artigos, livros, onde se puderam obter os dados relevantes para a efetivação desta temática em questão; de acordo com Damasceno (2005), a abordagem qualitativa, articulada ao método crítico - dialética, que procura um novo caminho para a explicação das realidades sociais, busca fazer uma análise interpretativa, considerando as múltiplas determinações e contradições existentes nas relações sociais, visando à transformação destas relações.

Em relação ao levantamento de dados, de acordo com Melo (2017), no ano de 2015 foi realizado um trabalho de diagnóstico museológico no Museu do Trem do Piauí. E com base naquele trabalho verificou-se que o referido museu não possuía uma

série de requisitos museológicos, desde sua criação e implantação, até seu atual funcionamento, inviabilizando sua gestão e seu planejamento, e impossibilitando ainda, seu registro no IBRAM.

O autor afirma que a instituição não atendia às instruções do IBRAM e às disposições do Estatuto de Museus, no que tange à criação de um museu, nem tampouco obedecia às orientações relacionadas à gestão e ao planejamento museológico, visto que não utilizava uma série de técnicas museográficas em seu cotidiano. Verificou-se ainda, nessa pesquisa, que o Museu do Trem do Piauí não dispunha de uma relação escrita e documental da quantidade de peças que compõem seu acervo, colocando sua própria existência em risco de extinção.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS: produtos do trabalho realizado no Museu do Trem do Piauí

O presente trabalho teve como objetivo realizar um inventário com a catalogação e registro de todos os objetos e coleções que compõem o acervo do Museu do Trem do Piauí, demonstrando a importância da realização desse inventário, com a criação de um número de tombo e de registro para cada peça; a marcação da numeração dos objetos para proporcionar melhores condições para uma boa gestão e planejamento eficaz das atividades do museu. Assim, foram alcançadas as seguintes metas: A criação de 1 (um) livro de tombo para registro do inventário, a marcação da numeração nas 415 (quatrocentas e quinze) peças do acervo, a elaboração de 415 (quatrocentas e quinze) fichas de catalogação individuais, uma de cada peça, e a criação de uma cartilha com orientações para documentação nos museus.

Logo, os produtos criados e apresentados como resultado do trabalho foram:

A marcação da numeração - primeiramente realizamos a criação da numeração, dando origem ao número de tombo, que, de acordo com Padilha (2014), é o registro que identifica o objeto como patrimônio do museu, por meio de uma numeração corrida; de modo que este número não foi marcado nas peças, sendo utilizado apenas nos registros de catalogação, como no Livro de Tombo ou de Registro e nas fichas de identificação individual de cada peça. Assim, iniciamos a numeração em 0001, consecutivamente até a última peça inventariada, com a numeração de tombo em 0415, nos permitindo identificar as 415 (quatrocentas e quinze) peças no acervo do Museu do Trem do Piauí. Em seguida, foram criados os números de registro, que, conforme a autora citada anteriormente, correspondem a uma numeração dada pelo museu para o registro de identificação do objeto no acervo museológico, desta forma, sendo aqueles fixados nas peças do acervo.

Depois de criados os números de tombo e de registro, as marcações da numeração foram devidamente realizadas em cada peça do acervo do Museu do Trem do Piauí. Foram feitas de acordo com o sistema numérico tripartite sequencial, que, de acordo com Moro (1986), é o tipo de numeração composta de três partes com diferentes significações.

Assim, tomamos o número 16.0001.000, como exemplo, onde a primeira parte, com dois dígitos, corresponde ao ano de 2016, pois foi quando o trabalho teve início; a segunda parte, composta por quatro dígitos, refere-se a uma sequência de peças semelhantes; e a terceira e última parte da numeração, com três dígitos, é usada para diferenciar aquelas peças semelhantes, que possuam a mesma segunda parte da numeração (com quatro dígitos). Exemplo: A primeira peça é a Catraca de contagem de passageiros da estação ferroviária, e possui o número 16.0001.000, citado acima. Sua segunda parte é 0001 por ser a primeira peça inventariada e seu final é 000 por não ter mais nenhuma catraca semelhante no acervo do museu (MELO, 2017).

Sobre a marcação da numeração nos diferentes tipos de objeto, foi realizada conforme Padilha (2014) sugere; que se deve registrar o número nos objetos, tendo em vista os diversos tipos de material e formato. Respeitando sua conservação, e, para isso, utilizando-se materiais que não irão agredi-lo durante o registro, de preferência, utilizando-se uma camada de proteção entre o objeto e o registro. Tendo sido feita a marcação no próprio objeto – como a autora sugere, foi realizada a limpeza no local onde seria feito o registro, seguindo instruções de um conservador; passando-se uma camada de verniz ou algum outro tipo de base protetora no local, que, nesse caso, foi utilizada base protetora de unhas, e posteriormente as numerações foram registradas com tinta nanquim (preta nas peças de cor clara, e branca nas peças de cor escura); e, por fim, foi passada outra camada de verniz (base para unhas) sobre as numerações, para protegê-las. A marcação da numeração foi realizada no próprio objeto em 410 (quatrocentos e dez) peças do acervo, ou seja, em sua grande maioria. Apenas cinco peças do acervo do museu foram marcadas com a marcação vinculada ao objeto, tendo sido criadas etiquetas de papel cartão, marcadas com base para unhas e tinta nanquim, e fixadas nos objetos por meio de um barbante.

As fichas individuais de catalogação das peças – foram feitas de acordo com definições de Bottallo (2010), que afirma que a ficha não é apenas um documento, mas sim uma ferramenta de trabalho, que reúne diversas informações que, de outra maneira, ficariam dispersas. A ficha de catalogação é um instrumento de auxílio para a documentação dos objetos. A autora ainda destaca a necessidade primordial de padronização

dos metadados, bem como do controle terminológico para a elaboração da ficha de catalogação.

Desta forma, para a criação das fichas de catalogação foi utilizado um modelo sugerido por Padilha (2014), porém, adaptado às necessidades do Museu do Trem do Piauí, contendo as seguintes informações: Nome da Instituição e sua localização, foto do objeto ou documento, número de tomo, número de registro, outros números (exemplo: tombamento anterior), nome do objeto ou documento, título ou tema, autor ou fabricante, procedência, técnica utilizada na produção, o modo de aquisição, o material que é constituído, a descrição, o estado de conservação, as dimensões, o registro fotográfico, período, quem registrou, data do registro e observações.

O Livro de Tombo ou de Registro, com o registro do inventário – que, conforme Moro (1986), é um documento criado pelo museu para registrar todos os objetos que compõem seu acervo, permitindo que a instituição tenha o controle dos objetos que entram e saem. Segundo a autora, é a ação que legitima o objeto como documento e bem cultural da instituição, que protege seu acervo de possível destruição ou descaracterização, bem como o preserva em favor da memória coletiva. Padilha (2014) destaca que o Livro de Tombo deve ser manuscrito e não pode ser rasurado; por isso se sugere que o museu crie um esboço, um rascunho, para testar antes de elaborar o documento efetivo. Ela ressalta ainda, que para a sua concepção, é recomendada a utilização de um caderno ou livro de ata, e que o Livro necessita de um conjunto de informações que compõe a parte internado livro. E dessa forma foi realizado o preenchimento de um livro de ata, inicialmente um rascunho, manuscrito, e posteriormente a versão final, sem rasuras, conforme as orientações acima, com os mesmos metadados presentes nas fichas de catalogação.

Cartilha com orientações para documentação em museus – esse instrumento educativo traz os seguintes tópicos: Como planejar e gerir um museu; Recomendações para criação de um museu; Elaboração do Diagnóstico Museológico; Elaboração do Plano Museológico; e Orientações para Documentação Museológica, onde se encontram os subitens: Realizando o inventário, criando o Livro de Tombo ou Livro de Registro, Identificação dos objetos: Numeração, marcação e elaborando as fichas individuais de catalogação (MELO, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de documentação museológica realizado no Museu do Trem do Piauí foi fruto de uma parceria do curso de Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí com a Prefeitura Municipal de Parnaíba, onde todos os produtos ficaram a disposição do museu, e assim, da comunidade também. O trabalho foi de

extrema importância para a preservação de todo o acervo da instituição e conseqüentemente da memória ferroviária da cidade de Parnaíba e de todo o estado do Piauí.

Como foi visto, muitas vezes são os pequenos museus, aqueles que não possuem um planejamento claro e de conhecimento de toda a sua equipe, os mais frágeis e vulneráveis. E nestes casos, o planejamento poderia ser um instrumento importante para enfrentar os enormes desafios da sobrevivência institucional. Sendo que os museus localizados fora das capitais e com equipes menores são também aqueles que se sentem afastados das produções teórico-metodológicas do campo da Museologia, portanto, não estando aptos a elaborarem documentos como seu diagnóstico e Plano Museológico.

Por este ser o caso também do Museu do Trem do Piauí, que este trabalho foi realizado, já que, apesar de estar localizado em Parnaíba, o segundo município mais desenvolvido do Estado do Piauí, e ser dotado de grande potencial para visitas, estudos e pesquisas, e para difusão das informações museológicas e fomento à cultura na região, acaba por sofrer com a falta de planejamento e de boa gestão, que colocam em risco de extinção a existência de todo o museu e de seu acervo. Daí a proposta e realização do trabalho de mestrado, que originou os diversos produtos já citados, com o intuito de preservar o patrimônio histórico cultural em estudo, e contribuir para melhoria do modo de gestão e de planejamento do museu, possibilitando assim, um aprimoramento da instituição, no que diz respeito à conservação de seu acervo.

Almeja-se ainda, que este seja apenas o primeiro e não o último passo dado pelo Museu do Trem do Piauí, no caminho de atender futuramente às recomendações e orientações museológicas, para seu melhor planejamento, gestão e possível registro no IBRAM, para fortalecer sua existência como instituição museológica, e colaborar cada vez mais com os estudos e pesquisas relacionados a esse fragmento de suma importância da história parnaibana e piauiense; e contribuindo também com o entretenimento, a cultura, lazer e o turismo na região.

MANAGEMENT AND MUSEOLOGICAL PLANNING: THE DOCUMENTATION OF THE ACQUIS OF THE TRAIN MUSEUM OF PIAUÍ, IN PARNAÍBA - PI (2015 - 2017)

ABSTRACT: The Piauí Train Museum was created to preserve the memory of the railway's development period in the state of Piauí, Northeastern region of Brazil, and is considered a historical heritage by means of a tipping done by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) in the year located in the Station Square of the

municipality of Parnaíba, north of Piauí, the cultural equipment was installed and inaugurated on August 15, 2002, having a complex that starts in the maneuvering yard, where is Locomotive 29, and extends to the building where the passenger station of the Central Railroad of Piauí in Parnaíba operated. In the year of 2015 a museological diagnosis was made in the institution. It was verified, with certain work, that the museum did not have a series of requirements to be effectively considered and registered as a museum in the Brazilian Institute of Museums (IBRAM); such conditions were related to the moment of its creation and implementation, as well as to its day-to-day operations, rendering the entity's management and planning unviable. It was also found in this research that the Piauí Train Museum was not endowed with a documentary relation of the quantity of pieces that made up its collection, which was based on the risk of the existence of all its collection, and therefore, of the museum itself. Faced with notorious weaknesses, a detailed work was carried out, with field research, data collection and analysis, and bibliographical and documentary research, with theoretical foundation in some of the main authors in the fields of documentation, management and museological planning; from which the dissertation of a student of the first group of the Professional Master's Degree in Arts, Heritage and Museology of the Federal University of Piauí (UFPI) was born. The objective was to create an inventory of the museum's collection, of registration, with the numbering and marking of the same in the pieces, as well as their due cataloging in individual records, with the creation of a record or registration book for the inventory documentation of the museum. With the completion of the work, all the objectives were achieved and the products were made available to the Piauí Train Museum, in order to enable the planning and management of information, enabling the improvement of the techniques of conservation of its parts and documents, to preserve the railway memory contained in this historical cultural heritage, and contribute greatly to the future recognition and registration of this institution in IBRAM.

KEYWORDS: Museological documentation. Museological management. Train Museum of Piauí. Museum planning.

REFERÊNCIAS

BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Org.). **Documentação em Museus / Museu de Astronomia e ciências afins**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2008. Disponível em:

http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/933/1/mast_colloquia_10.pdf. Acesso em: 09 maio 2018.

BITTENCOURT FRANCISCO, Júlio César; MORIGI, Valdir José. O Olhar do outro: a gestão de museus e a sustentabilidade na museologia. In: **Revista do programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**. Museologia e Interdisciplinaridade. v. 2, n. 3, maio/jun. 2013.

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. In: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari. **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes**. Brodowski. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010.

BRASIL. Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Estatuto de Museus**, Brasília, DF, jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 27 set. 2016.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para gestão e planejamento de museus**. Florianópolis: FCC, 2014.

CÂNDIDO, Maria Inês. Documentação Museológica. In: **Cadernos de diretrizes museológicas nº1**. Secretaria do Estado de Minas Gerais. Superintendência de Museus, 2006. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 23 nov. 2016.

CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele. **Entre trilhos e dormentes: a estrada de ferro central do Piauí na história e na memória dos parnaibanos (1960-1980)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Campus Ministro Petrônio Portela, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

CHAGAS, M. **Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área de documentação**. Rio de Janeiro: JC, 1996.

DAMASCENO, Maria Nobre; SALES, Celecina de Veras (Coord.). **O caminho se faz ao caminhar: elementos**

teóricos e práticas na pesquisa qualitativa. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Parnaíba Piauí – PI**. 2007. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/piaui/parnaiba.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Museus do Brasil**. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-do-brasil/>. Acesso em: 25 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Como criar museus**. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/como-criar-museus/>. Acesso em: 25 set. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e práticas de metodologia científica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARÍN TORRES, María Teresa. **Historia de la documentación museológica la gestión de la memoria artística**. Madrid: Ediciones Trea, 2002.

MASON, Timothy. **Gestão museológica: desafios e práticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: British Council: [Fundação] Vitae, 2004. Disponível em: http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/download_arquivo/roteiro7.pdf. Acesso em: 09 dez. 2016.

MATOS, Alexandre Manoel Ribeiro. **Spectrum: uma norma de gestão de coleções para os museus portugueses**. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2012. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67304/2/000198696.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

MELO, Antonio Liuesjhon dos Santos. **Documentação museológica: inventário do acervo do Museu do Trem do Piauí**. 2017. Dissertação (Mestrado em Artes, Patrimônio e Museologia) – Campus Ministro Reis Velloso, Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, 2017. Disponível em: http://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1113/TFM_Antonio_Liuesjhon_Deposito_Final.pdf?sequence=1. Acesso em: 09 maio 2018.

MORO, F. C. **Museu**: aquisição e documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/20274834/museus-aquisicao-e-documentacao-fernanda-de-camargo-moro>. Acesso em: 14 nov. 2016.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Coleção Estudos Museológicos, v.2. Florianópolis: FCC, 2014.

PARNAÍBA. Prefeitura Municipal de Parnaíba – PI. Superintendência Municipal de Cultura do município de Parnaíba. **O Museu do Trem do Piauí**. 2015.

YASSUDA, Silvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/yassuda_sn_m_e_mar.pdf. Acesso em: 10 maio 2018.